

“Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante”

Neste número, destaque aos fatos de agosto, chamada para o 28 de setembro e visibilidade para a lesbianidade e para a luta feminista pelo direito ao aborto.

No âmbito das políticas públicas, a expectativa é pelo trabalho da equipe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Depois da apresentação, no site da SPM, dos registros da plenária final da I CNPM, aguardamos o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a ser formulado pelo grupo interministerial formado com este propósito.

No Congresso Nacional, as expectativas recaem sobre os desdobramentos das recentes disputas em torno da LDO e das políticas públicas de 2005. Em especial, o tema do contingenciamento. Contingenciamento é a prática de bloquear gastos autorizados no orçamento, uma prerrogativa do Executivo, que tem se valido deste instrumento para economizar na área social em favor dos credores da Dívida.

A luta pela garantia de recursos para Saúde tem sido uma ação valiosa da Frente Parlamentar pela Saúde, que desde os anos FHC vem enfrentando as políticas de ajuste fiscal.

A Emenda Constitucional nº 29 objetiva coibir o contingenciamento. Sua regulamentação será uma pedra no caminho da área econômica governamental, cuja meta é garantir superávit.

Até junho, a política da equipe econômica conseguiu produzir um superávit de 5,76% do PIB, correspondente a 46 milhões de reais, mais que o total dos gastos sociais do governo Lula (30 milhões de reais), segundo cálculo do Fórum Brasil Orçamento, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central.

A moção aprovada na I CNPM contra a desvinculação de recursos da Saúde é um reforço a mais nesta luta por investimento em saúde pública, uma luta histórica dos movimentos de mulheres e outros movimentos sociais. Precisamos estar alertas e fortes na articulação.

Este ano, o lema da Campanha 28 de Setembro - Pela descriminalização do aborto na América Latina e Caribe, convoca todas nós a estarmos ativas neste contexto de fundamentalismo religioso e crescente articulação de forças ligadas ao conservadorismo.

Durante esta semana, em várias cidades do Brasil, a caravana de debates “O Supremo e a anencefalia” estará promovendo encontros em centros universitários sobre o tema da autorização do Supremo Tribunal Federal para antecipação terapêutica de parto em casos de anencefalia. A liminar do Ministro Marco Aurélio será votada em setembro pelo STF e, se aprovada, permitirá que as mulheres decidam livremente se querem manter a gravidez ou antecipar o parto, logo após o diagnóstico de feto anencefálico (sem cérebro).

Em retrospectiva recente, merece destaque a presença de feministas no debate ocorrido no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em agosto. As/os conselheiras/os posicionaram-se favoráveis, por sete votos a um, à liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio (do Supremo Tribunal Federal), que legaliza a antecipação do parto de fetos anencefálicos (sem cérebro). Confirmam na seção CONtextos as exposições de Fátima Oliveira (Rede Feminista de Saúde) e Suely Oliveira (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) no CDDPH.

Parabéns a organizações feministas

Em agosto, comemoramos muitos anos de vida de três organizações feministas: Casa da Mulher do Nordeste (Recife), que completou 24 anos de fundação; Grupo Curumim – Gestação e Parto (Recife), que comemorou 15 anos; e Casa de Cultura da Mulher Negra (Santos), que recebeu homenagem na Câmara Municipal de Santos por 14 anos de fundação. A todas, nossos parabéns e o nosso reconhecimento.

Visibilidade Lésbica

Marcando o 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica, registramos algumas das atividades organizadas pelo movimento, em vários dias do mês de agosto.

No Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Lésbicas/Regional RJ divulgou a realização de dois seminários que, entre outros assuntos, trataram de visibilidade lésbica e organização dos movimentos populares. No Seminário "Lesbianidade: lutando por uma visibilidade que enfrenta preconceitos" também foram abordados os temas: Uso das DEAMs pelas Lésbicas (Catarina Noble), Lésbicas negras (Gláucia Almeida), Invisibilidade das lésbicas com deficiência (Ronise de Oliveira), Pesquisa *Lesbianidade* (Edmeire Exaltação). A moderação dos debates foi de Cláudia Machado (COLERJ). As cariocas ainda promoveram um Sarau (Núcleo de Lésbicas do Grupo Arco-Íris) e a Festa da Visibilidade Lésbica.

Na região Sul, o "Agosto da Visibilidade Lésbica em Porto Alegre" preparou um tributo a Frida Khalo e organizou uma exposição de fotos na Usina do Gasômetro com o intuito de desmistificar o preconceito. No dia 25, a Liga Sul promoveu o Debate "Lesbianidade, ação parlamentar e direitos civis".

Em Pernambuco, aconteceram debates no plenário da Assembléia Legislativa com os temas: "Educar para Diversidade Sexual: a construção do respeito na Escola" e "O Direito à Liberdade Sexual não tem Fronteiras", com a presença de feministas, parlamentares e representantes do Tribunal Regional Federal. No âmbito artístico-cultural, as pernambucanas promoveram, no dia 25, um show com diversas bandas e a presença das Loucas de Pedra Lilás, além da I Mostra Artístico-cultural: o amor entre mulheres, entre os dias 28 e 30 de agosto. A semana foi encerrada com uma intervenção pública do Projeto Mídia Radical e a exibição do filme "Desejos Proibidos", em teatro de Recife.

Articulação

Este ano, a Articulação Brasileira de Lésbicas expediu comunicado, dia 29 de agosto, informando que infelizmente não foi possível promover comemorações pelo Dia da Visibilidade. Ao mesmo tempo, a ABL ressaltou: "O dia não faz diferença para lutarmos por nossa visibilidade, temos um mês inteiro para comemorar e o ano todo para continuarmos com nossa luta. É com muito pesar que não estaremos comemorando, mas desejamos a todas que comemorem sua visibilidade hoje, amanhã, todos os dias. Desejamos muita garra, força, harmonia e luz a todas as lésbicas nesse dia especial, neste mês especial para todas nós".

Defensoras de Direitos Humanos

A AMB participou da III Consulta Latino-Americana de Defensoras/es de Direitos Humanos, realizada em São Paulo, de 24 a 27 de agosto, que teve por objetivo reunir defensoras/es da Região para traçar um panorama dos países, trocar informações sobre os mecanismos de proteção a defensoras/es já existentes e estimular ações integradas em âmbito regional.

Nos debates, o conceito de defensoras/es ficou associado a toda pessoa que atua na defesa de direitos e da democracia, através de ações humanitárias e políticas que atacam as causas das violações dos direitos humanos. As/os defensoras/es se posicionam contrárias/os a toda forma de violência, primando pela solidariedade e por ações coletivas. Além disso, consideram a dimensão histórica de sua luta e buscam garantir a memória e o registro da defesa coletiva dos direitos humanos.

Na Consulta, a representante do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, Hina Jilani, informou que a ONU promoverá, em 2005, um encontro internacional de mulheres defensoras, com o intuito de pensar políticas específicas de proteção.

Confirmam na seção CONtextos o documento final da Consulta e a resposta do segmento de mulheres, que foi consolidada junto com as respostas dos demais segmentos sociais. Este conteúdo será divulgado posteriormente pelo Comitê Animador da Consulta. Integram o Comitê: Justiça Global, Cejil, Cladem e Terra de Direitos.

Eleições 2004

Voltado para o fortalecimento e consolidação do movimento de mulheres cearenses como sujeito político, o Fórum de Mulheres Cearenses (FMC) divulgou, em agosto, Carta aberta às/aos Candidatas/os às Prefeituras e Câmaras Municipais. O documento resgata diretrizes gerais defendidas pela AMB e aprovadas pela I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, entre as quais: que as políticas públicas sejam implementadas envolvendo, de forma articulada, secretarias e outras instâncias de governo, e que sejam corrigidas distorções no acesso a essas políticas através de ações afirmativas. Essas ações devem considerar necessidades específicas e ampliar direitos e oportunidades para negras, indígenas, rurais, urbanas, lésbicas, deficientes, idosas e jovens.

Conheça no site da AMB (seção mulher e política) a íntegra das propostas do FMC nas áreas de qualidade de vida, combate à pobreza e à violência, acesso a direitos sexuais e a direitos reprodutivos, participação e controle social.

HIV/Aids

Ativistas cobram responsabilidade de estados e municípios

No último dia 26 de agosto, representantes de ONGs e pessoas vivendo com HIV/AIDS do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo participaram das mobilizações que cobraram de estados e municípios a responsabilidade frente ao combate do HIV/Aids.

Diante de hospitais superlotados, falta de medicamentos e de kits de medição de carga viral, a Articulação Nacional de Luta contra a Aids promoveu atos públicos, concedeu entrevistas para a imprensa e realizou encontros com o Ministério Público visando pressionar governadoras/es e prefeitos, considerando estados e municípios já receberam os recursos repassados pelo governo federal para as ações de combate ao HIV/Aids.

Segundo informe da Articulação, a mobilização do movimento foi no sentido de dar visibilidade aos vários problemas enfrentados pelas pessoas que vivem com HIV/Aids desde o governo FHC, que enquanto falava do melhor programa do mundo, também atuava para o desmonte da Saúde, reduzindo investimentos e fragilizando o SUS.

Mulheres em destaque

Eleita, dia 05 de agosto, para o Comitê que monitora a implementação e o cumprimento da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a jurista e feminista Silvia Pimentel. Silvia foi apoiada por 13 redes brasileiras do movimento de mulheres (entre as quais, a AMB), por representantes do Governo Brasileiro e várias organizações feministas da América Latina. No Comitê, Silvia Pimentel dará continuidade a um trabalho comprometido com os direitos das mulheres e o feminismo.

Publicações

O mês de agosto também nos reservou, este ano, uma boa safra de publicações.

Dia 10 de agosto, aconteceu o lançamento do livro "Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho", que reúne reflexões produzidas em seminário nacional promovido, ano passado, pelo Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo. Informações: SNMT/CUT snmt@cut.org.br e [Agende agende@agende.org.br](mailto:agende@agende.org.br).

Lançado dia 26 de agosto, em Natal, o livro "*Viva a diferença com direitos iguais*", uma coletânea de artigos de Elizabeth Nasser, antropóloga, feminista e coordenadora do Fórum de Mulheres do RN. Informações: elizabethnasser@terra.com.br.

Como o governo gasta o que arrecada? Por que faltam recursos para projetos em áreas sociais? Estas e outras questões são tratadas na "Cartilha Superávit Primário – cadernos para discussão", lançada pelo Fórum Brasil Orçamento, dia 30 de agosto, durante assembléia geral do FBO, em Brasília. Contato: imprensa@forumfbo.org.br.

Dentro do *Projeto Mulher e Democracia*, foi lançado dia 31 de agosto, em Fortaleza, o caderno "Mulher e Participação Política – trajetória de lutas e conquistas". A publicação resgata a participação das cearenses na política e visa apoiar mulheres candidatas com conteúdos para suas plataformas e mandatos. O Projeto, lançado em maio deste ano, é coordenado regionalmente pela Casa da Mulher do Nordeste (PE), Centro das Mulheres do Cabo (PE) e Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj. No Estado do Ceará, está sendo implementado em parceria com o Instituto Negra do Ceará, Elo Feminista e Esplar. Informações: esplar@esplar.org.br.

CONtextos - Entre os textos da retrospectiva do mês de agosto, anexamos a esta edição as exposições de Fátima Oliveira e Suely Oliveira (nota nesta edição), realizadas durante debate no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), um órgão colegiado criado pela Lei nº 4.319/64 e formado por representantes de setores ligados aos direitos humanos.

Incluimos também o documento do movimento de mulheres apresentado na Consulta Latino-Americana de Defensoras/es e a Declaração Final desse evento